

# Evasão e permanência no ensino técnico ofertado na Rede Federal: análise dos estudos da Pós-graduação *stricto sensu* brasileira

*Evasion and permanence in technical education offered in the Federal  
Network: analysis of Brazilian stricto sensu postgraduate studies*

Recebido: 13/10/2021 | Revisado:  
05/09/2024 | Aceito: 05/09/2024 |  
Publicado: 14/11/2024

**Samoel Rodrigues da Silva**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8782-8841>  
Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Ceará  
E-mail: [samoel.rodrigues@ifce.edu.br](mailto:samoel.rodrigues@ifce.edu.br)

**Samuel Brasileiro Filho**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4074-1212>  
Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Ceará  
E-mail: [samuel@ifce.edu.br](mailto:samuel@ifce.edu.br)

**Natal Lânia Roque Fernandes**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1600-2153>  
Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Ceará  
E-mail: [laninharoque@gmail.com](mailto:laninharoque@gmail.com)

**Como citar:** SILVA, S. R.; FILHO, S. B.;  
FERNANDES, N. L. R. Evasão e  
permanência no ensino técnico ofertado na  
Rede Federal: análise dos estudos da Pós-  
graduação *stricto sensu* brasileira. **Revista  
Brasileira da Educação Profissional e  
Tecnológica**, [S.l.], v. 3, n. 24, p.1-20  
e13205, nov. 2024. ISSN 2447-1801.  
Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative  
Commons Attribution 4.0  
Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## Resumo

O presente artigo analisa dissertações e teses que abordam a evasão e a permanência no ensino técnico ofertado na Rede Federal. O recorte temporal, de 2009 a 2020, abrange os estudos realizados no decurso dos 11 primeiros anos de criação desta Rede. A base de dados para mapeamento foi a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. As análises das 10 pesquisas selecionadas revelaram que os estudos na pós-graduação *stricto sensu* sobre a temática são recentes, intensificados a partir de 2014, mas ainda restritos, sobretudo os realizados pelas instituições da Rede Federal. Todas as investigações discutiram os múltiplos fatores que influenciaram a evasão ou a permanência e quatro apresentaram propostas de intervenção com vistas a mitigar a evasão e a incentivar a permanência estudantil na realidade pesquisada.

**Palavras-chave:** Evasão Escolar; Permanência Estudantil; Cursos Técnicos; Rede Federal; Produção Acadêmica.

## Abstract

This article analyzes dissertations and theses that address evasion and permanence in technical education offered in the Federal Network. The time frame, from 2009 to 2020, covers the studies carried out during the first 11 years of the creation of this Network. The database for mapping was the Digital Library of Theses and Dissertations. Analysis of the 10 selected studies revealed that *stricto sensu* postgraduate studies on the topic are recent, intensified since 2014, but still restricted, especially those carried out by Federal Network institutions. All investigations discussed the multiple factors that influenced evasion or permanence, and four presented intervention proposals with a view to mitigating evasion and encouraging student permanence in the researched reality.

**Keywords:** Evasion School; Student Permanence; Technical Courses; Federal Network; Academic Production.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de incursão nos estudos realizados no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* brasileira sobre evasão e permanência estudantil nos cursos técnicos ofertados pelas instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Rede Federal. Compreende parte dos resultados de pesquisa sobre essa temática, desenvolvida no âmbito do programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

As discussões sobre evasão e permanência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) têm emergido com maior intensidade na história recente da educação brasileira. Estão presentes nos debates em torno da formulação e avaliação de políticas públicas educacionais, especialmente após um período de relevantes investimentos, que resultaram na significativa expansão das redes de educação profissional, tanto no segmento público quanto no privado.

No segmento público, um dos resultados foi a criação, no final de 2008, da Rede Federal, que integra instituições especializadas na oferta de educação profissional em todos os níveis e em diferentes modalidades de ensino. Após a sua criação, houve um processo de interiorização, com aumento no número de unidades e de matrículas na EPT no Brasil, atendendo a uma demanda reprimida.

Em 2023, com base nas informações disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, a Rede Federal contava com 656 unidades em funcionamento, com a oferta de 12.951 cursos nos diferentes níveis e modalidades, totalizando 1.681.363 matrículas. Dentre os cursos que fazem parte da ampla e complexa oferta da EPT, os cursos técnicos, ofertados nas diferentes modalidades e formas de oferta (integrada, concomitante e subsequente), estão presentes em 643 unidades da Rede Federal, totalizando 5.795 cursos e 501.098 matrículas (Brasil, 2024b).

Além das unidades já existentes, em março de 2024, o Governo Federal anunciou a criação de 100 novos *campi* dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais. Segundo o Governo Federal, a iniciativa alcança todas as Unidades da Federação, com o objetivo de gerar 140 mil novas vagas, a maioria em cursos técnicos integrados ao ensino médio (Brasil, 2024a).

Aliada à expansão do número de unidades da Rede Federal, a continuidade da expansão da oferta de cursos técnicos está prevista na meta 11 do Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, cuja vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 2025, pela Lei 12.934, de 2024. O PNE prevê triplicar as matrículas em cursos técnicos, assegurando a qualidade da oferta, com pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Todavia, no decurso desse processo de expansão e interiorização da Rede Federal, emerge o fenômeno da evasão escolar. O acesso foi ampliado significativamente, mas os índices de evasão têm sido elevados, contrariando a perspectiva de universalização do acesso à educação e da garantia da permanência estudantil. Esse fenômeno tem sido objeto de análise pelos órgãos de controle, pelo Ministério da Educação, pela Rede Federal e por estudiosos dessa problemática.

A evasão escolar na Rede Federal foi objeto de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que gerou o Acórdão N° 506, de 13 de março de 2013 (Brasil, 2013), apontando índices elevados de evasão. No que se refere aos cursos técnicos, os índices apontados pelo TCU indicaram, em relação a ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011, a taxa de evasão de 6,4% nos cursos técnicos integrados e de 18,9% nos cursos técnicos subsequentes.

Em consulta à Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024b), identificou-se que, em 2023, a taxa de evasão no ano<sup>1</sup> em cursos técnicos, considerando-se todas as modalidades e formas de oferta, foi de 15,05%. Quando se trata das taxas por ciclo de matrícula<sup>2</sup>, a taxa de evasão foi de 41,34% e a taxa de conclusão foi de 47,02%.

A ocorrência da evasão escolar evidencia que não estão sendo garantidas as condições de permanência estudantil e confronta-se ao direito à educação enquanto preceito constitucional. Tais índices, aliados à perspectiva de ampliação da oferta, suscitam a defesa de estudos em torno das causas da evasão e a defesa da implementação e efetivação de políticas públicas educacionais que favoreçam não apenas o acesso à Rede Federal, mas que garantam a permanência estudantil.

Especificamente no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, até o ano de 2008, foram localizadas apenas duas investigações que tratavam especificamente de evasão e permanência discente no ensino técnico. Os dois trabalhos, uma dissertação e uma tese, são de autoria de Favero (2006) e Scremin (2008), respectivamente. Esse resultado evidencia que, até o ano de 2008, essa temática suscitou poucos estudos no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* brasileira.

Mas, e após a criação, expansão e interiorização da Rede Federal, somados aos elevados índices de evasão escolar observados, que estudos têm sido realizados no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* brasileira sobre essa problemática? Quais fatores têm contribuído para o aumento da evasão ou para incentivar a permanência estudantil foram evidenciados nesse contexto? Os estudos realizados apresentam propostas de intervenção com vistas a contribuir com a realidade pesquisada? Quais são as propostas de intervenção apresentadas?

Diante dessas questões, este artigo tem como objetivo analisar os estudos realizados na pós-graduação *stricto sensu* brasileira, no período de 2009 a 2020, sobre evasão e permanência discente no ensino técnico ofertado nas instituições que compõem a Rede Federal. A partir das análises, buscou-se caracterizar os estudos selecionados, especificamente em relação à instituição da Rede Federal *locus* da pesquisa, a forma de oferta (integrada, concomitante ou subsequente) do(s) cursos técnicos(s) investigado(s) e os participantes das pesquisas. Buscou-se, também, identificar quais fatores contribuíram para evasão ou permanência foram evidenciados na literatura mapeada e quais propostas de intervenção foram apresentadas para mitigar a evasão e incentivar a permanência estudantil.

Diante dos objetivos, por se tratar de análises a partir do registro disponível e decorrente de pesquisas anteriores, este estudo trata-se de uma pesquisa

---

<sup>1</sup> Este indicador mede o percentual de matrículas que perderam o vínculo com a instituição naquele ano, sem concluir o curso, em relação ao total de matrículas naquele curso (Moraes et. al, 2018).

<sup>2</sup> Um ciclo de matrícula tem início com o ingresso de um conjunto de matrículas em um período letivo e se encerra no período letivo previsto para esse conjunto de matrículas integralizar a carga horária do curso (Moraes et. al, 2018).

bibliográfica. No seu desenvolvimento, foram seguidas as etapas necessárias a uma Revisão Sistemática da Literatura. A base de dados para o mapeamento das produções foi a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Em relação ao recorte temporal, foi definido o período de 2009 a 2020, que abrange o ano seguinte à criação da Rede Federal e vai até o ano que antecedeu o mapeamento da literatura.

O estudo abrange um quadro analítico das investigações realizadas sobre a temática no decurso dos 11 primeiros anos de criação da Rede Federal. Apresenta relevância científica e social, por agregar as discussões no âmbito acadêmico e por possibilitar a orientação e avaliação das políticas públicas no campo da EPT, em especial aquelas voltadas a mitigar a evasão e a incentivar a permanência estudantil, em meio ao contexto de expansão da Rede Federal e da oferta do ensino técnico.

Ante o exposto, de modo a atender aos objetivos propostos, o texto deste artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se breves considerações sobre o cenário atual da evasão e da permanência estudantil no âmbito da Rede Federal, além de considerações teóricas. Em seguida, indica-se a metodologia empregada no mapeamento dos estudos. Na sequência, são apresentados e discutidos os resultados das análises das investigações selecionadas. Por fim, são tecidas algumas considerações em relação aos principais resultados obtidos.

## **2 EVASÃO E PERMANÊNCIA NO ENSINO TÉCNICO: DO CENÁRIO ATUAL DA REDE FEDERAL ÀS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS**

A Rede Federal, criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, abrange um rol de instituições de ensino especializadas na oferta de educação profissional em todos os níveis e nas diferentes modalidades de ensino. Compreende 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), o Colégio Pedro II, 24 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Considerando os *campi* associados às instituições que compõem a Rede Federal, a expansão partiu de um total de 140 unidades em 2002 para 62 em 2014. Foram implantados 422 *campi* entre 2005 e 2016. Nesse período, também foram entregues ou incorporadas à rede outras 92 unidades. Atualmente, há 682 unidades e mais de 1,5 milhão de matrículas. Com os novos 100 *campi*, a Rede Federal contará com 782 unidades, sendo 702 *campi* de Instituto Federal (Brasil, 2024a).

A expansão da Rede Federal é resultado de um período de relevantes investimentos, que têm como marco as políticas públicas implementadas pelo Governo Federal a partir de 2003. Tais investimentos estimularam a expansão da oferta de ensino técnico tanto nas redes públicas, quanto no segmento privado. Mas sem aprofundar as questões relacionadas ao financiamento da expansão, dá-se ênfase ao processo de expansão e interiorização da educação profissional no âmbito federal, com a finalidade de democratizar a sua oferta.

A expansão da Rede Federal resultou na ampliação da oferta de cursos técnico. Tais cursos fazem parte da ampla e complexa oferta que a EPT abrange e podem ser ofertados de três formas distintas: integrada, concomitante e subsequente

ao ensino médio. A forma integrada ao ensino médio deve ser prioritária nos Institutos Federais, conforme disposto na Lei ° 11.892/2008.

Em meio ao contexto de expansão e interiorização da Rede Federal, tem sido observados elevados índices de evasão escolar, sobretudo nos cursos técnicos. Em 2013, a evasão escolar na Rede Federal foi objeto de auditoria do Tribunal de Contas da União (Brasil, 2013). Os resultados da auditoria indicaram que as maiores taxas de evasão foram nos cursos técnicos de nível médio, especialmente nos cursos técnicos subsequentes (18,9%) e nos cursos do programa Proeja (24%). Indicaram baixas taxas de conclusão para cursos técnicos integrados (46,8%), para os cursos técnicos subsequentes (31,4%) e cursos do programa Proeja (37,5%).

Diante dos índices de evasão apontados, o TCU recomendou ao Ministério da Educação que instituisse um plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal. Em resposta ao Acórdão TCU n° 506, de 2013, foi sistematizado, em 2014, o Documento Orientador Para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal (Brasil, 2014b). Este documento, dentre outros pontos, estabeleceu que cada instituição da Rede Federal deveria estruturar um “Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção”.

Em meio a esse contexto, em 2014, foi aprovado o Plano Nacional da Educação pela Lei n° 13.005/2014. Dentre outros pontos, o referido plano estabelece que, até o ano de 2024, a taxa de conclusão média dos cursos técnicos na Rede Federal deve ser elevada para 90% (Brasil, 2014a).

Em 2018, foi criada a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), o ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal. Ela reúne informações sobre as unidades que a compõem, cursos, corpo docente, discente e técnico-administrativo, além de dados financeiros (Moraes et. al, 2018). Os dados são divulgados anualmente, com informações referentes ao ano anterior (ano base).

A criação da PNP representou um avanço no processo de sistematização relacionados à evasão escolar dos cursos técnicos, pois segundo Dore e Lüscher (2011), este era um dos principais entraves para pesquisa neste campo, já que o Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), não inclui essas informações.

A partir da PNP, foi possível verificar as taxas de evasão nos cursos técnicos ofertados na Rede Federal, na modalidade presencial, com o detalhamento por forma de oferta, no período de 2017 a 2023. Tais dados estão detalhados na Tabela 1.

**Tabela 1:** Taxas de evasão em cursos técnicos na Rede Federal de 2017 a 2023

Ano base	Integrada		Concomitante		Subsequente	
	Evasão no ano	Evasão no ciclo	Evasão no ano	Evasão no ciclo	Evasão no ano	Evasão no ciclo
2017	12,01%	37,75%	25,28%	54,07%	28,20%	56,05%
2018	9,71%	36,55%	23,69%	55,59%	22,44%	54,99%
2019	8,43%	33,88%	20,96%	52,87%	19,21%	51,12%
2020	5,69%	30,56%	15,52%	51,57%	15,74%	50,94%
2021	5,93%	28,12%	11,48%	49,21%	13,52%	48,87%
2022	9,87%	27,52%	30,02%	56,81%	24,63%	52,96%
2023	8,22%	28,64%	24,88%	57,46%	23,99%	58,27%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024b).

Verifica-se, a partir dos dados da Tabela 1, que as taxas de evasão por ano e por ciclo de matrículas nos cursos técnicos ofertados na Rede Federal, apesar de terem apresentado indicativos de redução no período de 2017 a 2021, ainda são elevadas e distantes da meta prevista no PNE, especialmente quando se trata da evasão por ciclo de matrículas. Verifica-se ainda que os índices de evasão escolar nos cursos técnicos têm sido significativos, especialmente naqueles cursos ofertados na forma concomitante e subsequente ao ensino médio, tanto nas taxas de evasão por ano, quanto nas taxas de evasão por ciclos de matrículas.

Ainda de acordo com a Tabela 1, observa-se que nos anos de 2022 e 2023 houve um aumento das taxas de evasão, tanto por ano quanto por ciclo de matrícula. Infere-se que tais aumentos sejam em razão do contexto pós-pandemia de Covid-19, com consequências de ordem social, emocional, econômica, etc., contexto em que as causas da evasão tendem a ser agravadas.

A existência de índices de evasão elevados na Rede Federal, em especial nos cursos técnicos profissionalizantes, segundo Dore e Lüscher (2011, p. 785), “[...] é um alerta para que se possam discutir com mais veemência políticas públicas para esse nível escolar, que considere a evasão escolar e suas principais causas, de forma a evitar o risco de decisões equivocadas e onerosas.”

Segundo Dore e Lüscher (2011), a evasão escolar está diretamente relacionada à modalidade de ensino e ao nível escolar em que ela ocorre, de modo que a evasão do nível médio regular é significativamente diferente daquela que ocorre na educação de jovens e adultos, na educação à distância ou no ensino superior.

Para as autoras, as condições para o acesso e a permanência no ensino técnico são inicialmente indissociáveis daquelas da educação básica, mas tais condições constituem também outros aspectos inerentes e específicos às relações entre a educação de nível médio e a de nível técnico, as quais são definidas em grande medida pela política educacional voltada à educação profissional como modalidade de ensino (DORE; LÜSCHER, 2011). Assim, a evasão na educação profissional técnica de nível médio constitui um campo específico.

Segundo Dore e Lüscher (2011), a relação entre a educação básica (em especial no ensino médio, a sua última etapa) e a educação profissional técnica é um dos contextos mais significativos da pesquisa sobre evasão no Brasil. As autoras ressaltaram que a separação entre o ensino médio e o ensino técnico, seja na forma concomitante ou subsequente, repercute de forma decisiva e negativa sobre as condições de acesso e de permanência estudantil no ensino técnico.

Dore e Lüscher (2011) consideram que a evasão escolar é um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal ligado a fatores individuais, institucionais e sociais. Para Dore (2013, p. 5), a evasão ou a permanência na escola “[...] é fortemente condicionada por características individuais, por fatores sociais e familiares, por características do sistema escolar e pelo grau de atração que outras modalidades de socialização, fora do ambiente escolar, exercem sobre o estudante.” Na concepção das autoras, a evasão é apenas o final de um processo que acumula um conjunto de fatores no decorrer da vida acadêmica do estudante.

Compreende-se, à luz da autora, que a evasão escolar é resultado de um processo complexo, multicausal, no qual se inter-relacionam fatores individuais, institucionais e socioculturais externos. Portanto, sem a intenção de aprofundar o

debate teórico, neste trabalho adota-se a concepção de evasão defendida por Dore (2011, 2013), considerando-se a relevância e a abrangência dos estudos e contribuições da autora para a temática.

Ademais, entende-se, em consonância com Dore e Lüscher (2011), que a implantação e a avaliação das políticas públicas para o ensino técnico devem considerar a identificação e a análise dos fatores que intervêm nos processos de evasão. Para tanto, segundo Dore, Sales e Castro (2014), uma estratégia fundamental que deve ser desenvolvida pelas instituições escolares é a consolidação de uma base de dados de egressos em situação de evasão, para subsidiar estudos de acompanhamento como uma das formas de avaliar a atuação das escolas, de maneira a reorientar seus planos de ação, quando necessário.

Diante destas considerações iniciais, é importante destacar que a evasão escolar é um fenômeno difícil de ser estudado e que alguns estudos e análises têm sido feitas no intuito de diagnosticar esse problema. Entretanto, são restritos os estudos sobre evasão no contexto da educação profissional e tecnológica, sobretudo no âmbito dos cursos técnicos (Dore e Lüscher, 2011; Silveira, 2017; Sousa, 2014; Souza, 2015; Paula, 2016). Assim, a complexidade que envolve o tema da evasão escolar é ainda pouco aprofundada no contexto da EPT.

Portanto, diante da expansão e interiorização da Rede Federal, da ampliação da oferta de cursos técnico, da escassez de estudos e dos consideráveis índices de evasão apresentados, é de grande relevância a realização de pesquisas sobre essa problemática no âmbito da EPT. Torna-se crucial identificar e analisar os estudos que têm sido desenvolvidos sobre essa temática, com vistas a identificar quais atores que contribuíram para evasão ou permanência foram evidenciados e quais propostas de intervenção têm sido apresentadas para mitigar a evasão escolar e incentivar a permanência estudantil.

### 3 METODOLOGIA DE MAPEAMENTO DOS ESTUDOS

O presente estudo trata de uma pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2008), visto que todas as etapas para o seu desenvolvimento se constituíram de referenciais teóricos decorrentes de pesquisas anteriores. Em seu desenvolvimento foram seguidas as etapas necessárias a uma Revisão Sistemática da Literatura, propostas Ramos, Faria e Faria (2014), a saber: definição a problemática e do objetivo do estudo; definição dos descritores a serem utilizados; definição da base de dados a ser utilizada; definição de critérios de inclusão e exclusão; observação dos critérios de validade metodológica do estudo, com os detalhamento dos passos para alcance dos resultados; e processo de análise crítica dos resultados.

À luz da problemática e do objetivo deste estudo, apresentados na introdução deste artigo, foram definidos os descritores “evasão”, “permanência” e “ensino técnico”. Em relação ao descritor “ensino técnico” também foram usados os seus cognatos “educação profissional”, “cursos técnicos” e “formação técnica”, no intuito de facilitar a identificação dos trabalhos produzidos no período estabelecido e que tratam da evasão e permanência discente de forma específica no ensino técnico.

Na busca na base de dados, de modo a possibilitar a associação entre os descritores estabelecidos, foi utilizado o operador lógico *booleano* “AND”, cuja

tradução do inglês para o português é "e". O referido operador combina os termos da pesquisa para que cada resultado contenha todos os termos agrupados, o que permite restringir a amplitude da pesquisa e obter resultados mais precisos.

A base de dados para mapeamento das produções acadêmicas foi a BDTD. Ela incorpora, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras, o que contribui para a maior visibilidade da produção científica nacional e a difusão de informações de interesse científico e tecnológico para a sociedade em geral. A BDTD é uma abrangente fonte de pesquisa, especialmente pela facilidade na busca e no acesso às produções científicas, pelo diferencial de seu mecanismo de busca, que remete ao texto integral no repositório de origem da pesquisa. Ademais, o acesso às produções científicas é livre de quaisquer custos. Assim, a BDTD sustenta-se como relevante base de dados.

O mapeamento das dissertações e das teses na BDTD foi realizado no mês de julho de 2021. Em relação ao recorte temporal, foi definido para a data de defesa dos estudos o período de 2009 a 2020, tendo em vista a criação da Rede Federal em 29 de dezembro de 2008, fato que provocou maior expansão e preocupação com a EPT no contexto educacional brasileiro no recorte temporal definido. O ano de 2021 não foi incluído por ainda estar em curso no momento do mapeamento dos estudos.

A partir da associação dos descritores definidos, conforme consta na Tabela 2, foram realizadas quadro buscas na base de dados. As buscas identificaram, ao todo, 80 resultados de trabalhos produzidos no período de 2009 a 2020. Entretanto, como alguns trabalhos poderiam se repetir entre os descritores utilizados, a fase seguinte foi a exclusão dos trabalhos repetidos, mediante a verificação dos títulos dos trabalhos e nomes dos seus respectivos autores, a partir de consulta às planilhas exportadas da base de dados. Do total de resultados localizados, 27 trabalhos se repetiam entre dois ou mais descritores. Assim, a busca na BDTD resultou, portanto, em 53 trabalhos diferentes, dos quais 46 são dissertações e sete são teses.

**Tabela 2:** Total de trabalhos localizados na BDTD por descritor definido

Descritor	Trabalhos localizados		
	Dissertações	Teses	Total
"evasão" AND "permanência" AND "educação profissional"	27	9	36
"evasão" AND "permanência" AND "cursos técnicos"	24	2	26
"evasão" AND "permanência" AND "ensino técnico"	14	3	17
"evasão" AND "permanência" AND "formação técnica"	1	0	1

Fonte: elaborada pelos autores.

Após a exclusão dos trabalhos repetidos entre os diferentes descritores, a etapa seguinte consistiu em realizar a seleção das dissertações e teses a partir da leitura dos resumos dos 53 trabalhos localizados. Diante do objetivo deste artigo, foi definido o seguinte critério de inclusão: dissertações e teses que tratam especificamente da evasão e permanência discente nos cursos técnicos ofertados nas instituições integrantes da Rede Federal. Nesta etapa, 28 trabalhos foram excluídos por não tratarem da temática proposta ou, quando tratavam, foram realizados fora do contexto das instituições integrantes da Rede Federal.

Por conseguinte, a pesquisa na BDTD, no período de 2009 a 2020, resultou em 25 trabalhos produzidos no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* que tratam



especificamente acerca da evasão e permanência discente nos cursos técnicos ofertados nas instituições integrantes da Rede Federal. Do total, 22 são dissertações e três são teses. Este quantitativo de trabalhos localizados indica que nos últimos 12 anos foram poucos os estudos no âmbito dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* sobre a temática central deste estudo.

Após aplicação do critério de inclusão e tendo em vista que este estudo é parte de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, delimitado às singularidades da evasão e da permanência estudantil nos cursos técnicos ofertados na modalidade presencial, de caráter regular e contínuo, foram definidos os seguintes critérios de exclusão:

- trabalhos que tratam da evasão e permanência discente nos cursos técnicos ofertados na modalidade de educação à distância;
- trabalhos que tinham como campo empírico programas do governo federal (a exemplo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA e Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (Programa e-Tec Brasil); e
- trabalhos não disponíveis para acesso.

Aplicados os critérios exclusão, do total de 25 trabalhos definidos a partir do critério de inclusão, 15 foram excluídos deste estudo pelas seguintes justificativas: oito abordavam a evasão e permanência discente no ensino técnico, mas no contexto do PROEJA; quatro no campo da educação à distância, dois quais um era específico sobre cursos ofertados pela Rede e-Tec Brasil; dois sobre cursos ofertados pelo PRONATEC; e um não estava disponível para acesso.

No que diz respeito à observância dos critérios de validade metodológica do estudo, verificou-se que todos os trabalhos apresentaram um percurso metodológico bem delineado, com detalhamento dos passos seguidos para a obtenção dos resultados. Além disso, por se tratar de estudos desenvolvidos no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, todos passaram pela avaliação de uma banca de especialistas, o que garante a rigor científico e a qualidade das investigações.

Diante do exposto, foram selecionados 10 trabalhos para compor este estudo, com base nos critérios de inclusão e exclusão definidos, sendo nove dissertações e uma tese. As dissertações analisadas foram as de Almeida (2019), Coelho (2014), Matos (2018), Narciso (2015), Paula (2016), Silveira (2017), Souza (2014), Souza (2015) e Veiga (2016), além da tese de Duarte (2019). A análise crítica dos resultados é apresentada na seção seguinte deste texto.

#### 4 ANÁLISE DOS ESTUDOS SELECIONADOS

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados decorrentes das análises das investigações selecionadas. De modo geral, as análises foram realizadas em quatro etapas. Na primeira, foram identificados os aspectos gerais das investigações: ano de publicação; instituição; programa de pós-graduação; e região do país onde o estudo foi produzido. Na segunda etapa, foi analisado o delineamento das investigações, abrangendo os seguintes aspectos: instituição(ões) da Rede

Federal *locus* da pesquisa; forma de oferta (integrada, concomitante ou subsequente) do(s) curso(s) técnico(s) investigado(s); e participantes das pesquisas. Na terceira etapa, foram analisados e evidenciados os fatores que contribuíram para evasão ou permanência no(s) curso(s) investigado(s). Por fim, na quarta etapa, buscou-se identificar as propostas de intervenção apresentadas para mitigar a evasão e a incentivar a permanência estudantil na realidade pesquisada.

#### 4.1 ASPECTOS GERAIS DAS INVESTIGAÇÕES ANALISADAS

A primeira etapa da análise consistiu em identificar as informações gerais das investigações selecionadas, tais como: ano de publicação, título, tipo de trabalho (dissertação ou tese), instituição, estado e a região do país onde foram desenvolvidas. Inclui, também, as informações sobre o programa de pós-graduação a qual o estudo está vinculado. Tais informações constam no Quadro 1, em ordem alfabética, a partir do(a) autor(a).

**Quadro 1:** Informações gerais sobre os estudos que tratam sobre evasão e permanência no ensino técnico da Rede Federal

Autor(a)/ Ano	Tipo de trabalho	Título	Instituição/ Estado/ Região	Programa de pós- graduação
Almeida (2019)	Dissertação	Permanência e êxito no ensino médio integrado do IFG Uruaçu: orientações para qualificação e acompanhamento de estudantes	UFG/GO/ Centro- oeste	Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (Profissional)
Coelho (2014)	Dissertação	Permanência e abandono escolar na educação profissional: um estudo sobre Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul	UTFPR/PR/ Sul	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (Acadêmico)
Duarte (2019)	Tese	A cartografia da permanência estudantil nos cursos de nível médio da Rede Federal de Educação	PUC/SP/ Sudeste	Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (Acadêmico)
Matos (2018)	Dissertação	Permanência no Ensino Médio Profissional: o caso do Instituto Federal Fluminense Campus Cabo Frio	PUC/RJ/ Sudeste	Programa de Pós-Graduação em Educação (Acadêmico)
Narciso (2015)	Dissertação	Análise da evasão nos cursos técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Campus Arinos: exclusão da escola ou exclusão na escola?	UFSC/SC/ Sul	Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (Acadêmico)
Paula (2016)	Dissertação	Motivadores para ingresso, permanência e conclusão de dois cursos técnicos	UTFPR/PR/ Sul	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (Acadêmico)

		subsequentes no IFPR Campus Curitiba		
Silveira (2017)	Dissertação	O programa permanência e êxito no Instituto Federal Farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar	UFMS/RS/Sul	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Acadêmico)
Souza (2014)	Dissertação	Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional	UFJF/MG/Sudeste	Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação em Educação Pública (Profissional)
Souza (2015)	Dissertação	Estudo das relações entre a permanência no ensino técnico e a assistência estudantil no IFTM – Campus Paracatu	UNB/DF/Centro-oeste	Programa de Pós-Graduação em Educação (Profissional)
Veiga (2016)	Dissertação	Fatores predominantes da evasão escolar no ensino médio integrado: uma proposta de estratégia de prevenção para o CEFET/RJ	UFF/RJ/Sudeste	Programa de Pós-Graduação em Sistema de Gestão (Profissional)

Fonte: elaborado pelos autores.

Em relação ao período de publicação dos estudos, conforme informações dispostas no Quadro 1, no ano de 2014 foram encontradas duas dissertações (Coelho, 2014; Souza, 2014), duas em 2015 (Narciso, 2015; Souza, 2015), duas em 2016 (Paula, 2016; Veiga, 2016), uma em 2017 (Silveira, 2017), e uma em 2018 (Matos, 2018). Já no ano de 2019 foram encontradas uma dissertação (Almeida, 2019) e uma tese (Duarte, 2019). Verifica-se, portanto, que no período de 2009 a 2020 foram localizadas investigações apenas a partir do ano de 2014.

O período de publicação das investigações se dá no contexto da expansão da Rede Federal e coincide com o período posterior à auditoria do Tribunal de Contas da União, que gerou o Acórdão TCU Nº 506, de 13 de março de 2013 (Brasil, 2013), com o de lançamento do Documento Norteador para Superação da Retenção e Evasão Escolar (Brasil, 2014b), bem como com o período de discussão, aprovação e vigência do Plano Nacional da Educação pela Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2024a).

Em relação às instituições, oito estudos foram desenvolvidos em instituições públicas federais e apenas dois em instituições privadas (Duarte, 2019; Matos, 2018). A maioria das instituições, sendo elas públicas ou privadas, listadas no Quadro 1, desenvolveu apenas um trabalho sobre a temática desde estudo. Apenas uma instituição pública federal integrante da Rede Federal, a Universidade Tecnológica Federal Paraná (UFTPR), apresentou dois trabalhos (Coelho, 2014; Paula, 2016).

Apesar de os estudos tratarem da evasão e permanência discente nos cursos técnicos ofertados nas instituições integrantes da Rede Federal, apenas dois estudos foram produzidos em uma instituição integrante da respectiva Rede. Há escassez, portanto, de estudos realizados sobre essa temática no âmbito dos programas de pós-graduação ofertados pelas instituições da Rede Federal. Essa escassez, ao mesmo tempo que denota uma lacuna, representa também um amplo espaço de pesquisa no âmbito da pós-graduação das instituições da Rede Federal.

Já em relação às regiões brasileiras em que foram produzidos, verificou-se que a maioria dos trabalhos foi produzida em instituições localizadas nas regiões sudeste e sul, conforme a seguinte distribuição: centro-oeste, dois (Almeida, 2019; Souza, 2015); sudeste, quatro (Duarte, 2019; Matos, 2018; Veiga, 2016; Souza, 2014) e sul, quatro (Coelho, 2014; Narciso, 2015; Paula, 2016; Silveira, 2017). Nenhum dos trabalhos analisados foram produzidos em instituições das regiões norte e nordeste, o que evidencia as assimetrias regionais no âmbito da pós-graduação brasileira.

No que se refere aos programas de pós-graduação, foi possível verificar que os estudos foram realizados em programas de diferentes áreas básicas definidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com destaque para os programas na área da educação, nos quais foram realizados três trabalhos (Matos, 2018; Souza, 2014; Souza, 2015). Os demais trabalhos foram realizados no âmbito de programas das seguintes áreas básicas: engenharia/tecnologia/gestão (Silveira, 2017; Veiga, 2016); ensino (Almeida, 2019); outras sociologias específicas (Narciso, 2015); serviço social (Duarte, 2019); e sociais e humanidades (Coelho, 2014).

Ainda em relação aos programas de pós-graduação, verificou-se que houve equilíbrio entre os estudos desenvolvidos em programas acadêmicos e programas profissionais. Do total de dez estudos, seis estudos foram desenvolvidos no âmbito de programas acadêmicos (Coelho, 2014; Duarte, 2019; Matos, 2018; Narciso, 2015; Paula, 2016; Silveira, 2017) e quatro no âmbito de programas profissionais (Almeida, 2019; Souza, 2014; Souza, 2015; Veiga, 2016).

#### 4.2 DELINEAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES ANALISADAS

A segunda etapa consistiu na análise do delineamento das investigações, a partir do levantamento das instituições da Rede Federal lócus das pesquisas, da forma de oferta do(s) curso(s) técnico(s) investigado(s) e dos participantes das pesquisas. Tais informações constam no Quadro 2, em ordem alfabética, a partir do(a) autor(a).

**Quadro 2:** Instituições lócus da pesquisa, forma de oferta dos cursos técnicos e participantes dos estudos selecionados

Autor/ Ano	Instituições da Rede Federal lócus da pesquisa	Forma de oferta do(s) curso(s) técnico(s)	Participantes
Almeida (2019)	IFG <i>Campus</i> Iguaçu	Integrada	49 estudantes matriculados; 25 pais; e 35 professores e servidores da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente e na Coordenação de Assistência Estudantil
Coelho (2014)	IFSC <i>Campus</i> Joinville; e IFSC <i>Campus</i> Jaraguá do Sul	Concomitante e Subsequente	270 estudantes matriculados; e 23 estudantes evadidos
Duarte (2019)	IFAM <i>Campus</i> Centro; IFCE <i>Campus</i> Fortaleza;	Integrada	10 turmas de 15 a 30 estudantes matriculados em cada: duas no

	IFCE <i>Campus</i> Caucaia; IFPR <i>Campus</i> Curitiba; IFPR <i>Campus</i> Colombo; IFSP <i>Campus</i> São Paulo; IFSP <i>Campus</i> Registro; e IFB <i>Campus</i> Estrutural		IFAM <i>Campus</i> Centro; duas no IFSP <i>Campus</i> São Paulo; uma turma nas demais instituições lócus da pesquisa.
Matos (2018)	IFF <i>Campus</i> Cabo Frio	Integrada	89 estudantes matriculados; 2 estudantes evadidos; e 03 formados.
Narciso (2015)	IFNMG <i>Campus</i> Arinos	Integrada, concomitante e subsequente	232 estudantes evadidos; e 282 alunos matriculados
Paula (2016)	IFPR <i>Campus</i> Curitiba	Subsequente	20 estudantes matriculados
Silveira (2017)	IFFar <i>Campus</i> Júlio de Castilhos; e IFFar <i>Campus</i> São Vicente do Sul	Integrada e subsequente	66 estudantes matriculados; e 08 gestores (02 Coordenadores do Programa de Permanência e êxito e 06 Coordenadores dos Eixos Tecnológicos)
Souza (2014)	IFRN <i>Campus</i> São Gonçalo do Amarante	Subsequente	7 estudantes matriculados; 6 gestores; e 4 professores
Souza (2015)	IFTM <i>Campus</i> Paracatu	Integrada e concomitante	5 estudantes matriculados; 4 estudantes evadidos; e 2 gestores (o coordenador do Programa Assistência Estudantil e um membro da Comissão de Assistência Estudantil)
Veiga (2016)	CEFET/RJ <i>Campus</i> Maracanã	Integrada	100 estudantes evadidos; e 12 coordenadores dos cursos/professores

Fonte: elaborado pelos autores.

Do total de 10 investigações, nove tratam sobre a evasão e permanência discente em cursos técnicos ofertados pelos Institutos Federais. Apenas a pesquisa desenvolvida por Veiga (2016) trata da temática no âmbito do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ), no *Campus* Maracanã. Em relação à abrangência dos estudos, apenas a tese escrita por Duarte (2019) teve como lócus mais de uma instituição da Rede Federal, abrangendo cinco unidades dos Institutos Federais, uma em cada região do país. Apenas os estudos de Coelho (2014) e Silveira (2017) englobaram dois *campi* de uma mesma instituição. Todos os demais sete trabalhos tratam das especificidades de um mesmo *Campus* dos Institutos Federais ou CEFET.

Não foram encontrados estudos que tratam das especificidades da evasão e permanência discente nos cursos técnicos ofertados na modalidade presencial, de caráter regular e contínuo ofertados nas Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, na UTFPR e no Colégio Pedro II, instituições que também compõem a Rede Federal.

No que diz respeito à forma de oferta do curso técnico investigado, a maioria dos estudos (sete) abrange os cursos ofertados na forma integrada ao ensino médio e quatro trataram dos cursos ofertados na forma subsequente, conforme o Quadro 2. Quanto à forma concomitante ao ensino médio, apenas Coelho (2014), Narciso (2015)

e Souza (2015) contemplam análises voltadas para as especificidades de tais cursos, mas não de forma específica, visto que apresentam também análises relacionadas às demais formas integrada ou subsequente ao ensino médio.

No que se refere à forma de oferta do curso (integrada, concomitante e subsequente), segundo Dore e Lüscher (2011, p. 779) a separação entre o ensino médio e o ensino técnico repercute de forma decisiva sobre as condições de acesso e de permanência do estudante. Nesse ínterim, considera-se relevante a realização de outros estudos de modo a elucidar as singularidades da evasão e permanência em cada forma de oferta, visto que cada uma apresenta especificidades. Torna-se relevante, em especial, o desenvolvimento de estudos sobre evasão e permanência discente em cursos técnicos ofertados na forma concomitante ao ensino médio, visto que não foi localizado nenhum estudo que trate especificamente da problemática nessa forma de oferta.

No tocante aos participantes, os estudos analisaram as percepções de estudantes (matriculados, evadidos ou formados), professores, pais e/ou responsáveis, gestores e servidores técnico-administrativos acerca da evasão e permanência discente nos cursos técnicos. Os professores aparecem enquanto sujeitos em três estudos (Almeida, 2019; Souza, 2014; Veiga, 2016), mesmo número de estudos nos quais os gestores aparecem (Silveira, 2017; Souza, 2014; Souza, 2015). Os pais e/ou responsáveis e servidores técnico-administrativos de setores de apoio pedagógico e assistência estudantil foram sujeitos em apenas um estudo (Almeida, 2019). O total de participantes é diversificado entre os estudos.

Os estudantes (matriculados, evadidos ou formados) apareceram como sujeitos em todos os estudos. Do total, cinco contemplam apenas aqueles regularmente matriculados nos cursos (Almeida, 2019; Duarte, 2019; Paula, 2016; Silveira, 2017; Souza, 2014); quatro contemplam os estudantes evadidos e matriculados (Coelho, 2014; Matos, 2018; Narciso, 2015; Souza, 2015); e em apenas um estudo (Veiga, 2016) os estudantes evadidos aparecem como os únicos sujeitos entre os discentes. Matos (2018), além de contemplar os estudantes evadidos e matriculados, também selecionou estudantes formados como participantes.

Assim, os estudantes matriculados aparecem como sujeitos em nove trabalhos e os estudantes evadidos aparecem como sujeitos em cinco trabalhos, nos estudos de Coelho (2014), Matos (2018), Narciso (2015), Souza (2015) e Veiga (2016). Todavia, o número de estudantes evadidos que efetivamente participou dos estudos é consideravelmente menor em relação aos estudantes matriculados, seja pela dificuldade para contato, visto a ausência de informações de contatos atualizadas, e até mesmo pela não adesão às pesquisas, que desconfortáveis com a situação, preferem não falar sobre o assunto, conforme destacado pelos autores.

#### 4.3 FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA EVASÃO OU PERMANÊNCIA

A terceira etapa foi voltada à análise dos fatores que contribuíram para evasão ou permanência e que foram evidenciados nos estudos selecionados. Como cada estudo voltou-se à análise singular de uma realidade pesquisada, não permitindo generalizações, optou-se por apresentar os fatores que contribuíram para evasão ou permanência para cada um dos estudos, em ordem alfabética a partir do(a) autor(a).

Almeida (2019), em sua investigação realizada no IFG Campus Iguazu, identificou a preponderância dos fatores institucionais sobre os individuais e socioeconômicos e culturais, dentre os quais a principal problemática encontrada para a conclusão do curso foi a organização do curso em tempo integral.

Coelho (2014), em estudo realizado no IFSC, nos Campi Joinville e Jaraguá do Sul, identificou as motivações para permanência e abandono a partir da relação estabelecida entre os estudantes e ex-estudantes com os docentes e demais servidores educadores, bem como entre trabalho, estudo e família. Ressaltou que a relação é complexa e contraditória entre as motivações, de forma que ora os fatores se apresentam como motivadores para a permanência, ora como geradores do abandono. Identificou, ainda, que estudantes e ex-estudantes não reconhecem as atuais políticas de apoio à permanência como fundamentais para a sua permanência escolar, caracterizadas mais como políticas de transferência de renda do que como incentivo ao estudo.

Duarte (2019), buscou compreender, a partir da perspectiva dos estudantes e da cartografia da ação social, os fatores que garantem a permanência e o êxito escolar dos estudantes. Identificou que a permanência dos discentes nos cursos técnicos de nível médio está relacionada com as relações que permeiam o seu cotidiano, com a infraestrutura institucional e com o território em que estão inseridos.

Matos (2018) identificou os fatores que influenciam a evasão e a permanência dos alunos do Ensino Técnico Integrado do IFF Campus Cabo Frio. Entre os fatores que influenciam a evasão, destacaram-se: as reprovações sucessivas, os atrasos e interrupções do ano letivo devido às greves, a extensa carga horária dos cursos e a grande quantidade de tarefas no decorrer das disciplinas. Em relação aos fatores que influenciam a permanência, o autor identificou os seguintes: a qualidade da escola, das aulas e do ensino médio ofertado, as boas relações entre estudantes, professores e demais funcionários, assim como o incentivo à autonomia dos alunos e os benefícios da assistência estudantil.

Narciso (2015), em pesquisa desenvolvida no IFNMG Campus Arinos, identificou que os fatores que mais contribuíram para a evasão foram as atividades externas à instituição, dentre as quais o trabalho foi o que mais contribuiu. Identificou também, enquanto motivações, a enorme dificuldade nas disciplinas técnicas e exatas, as notas baixas e outros fatores diretamente relacionados aos fatores institucionais, os quais o autor intitulou como “problemas com a instituição”.

Paula (2016), em estudo em dois cursos técnicos subsequentes do IFPR Campus Curitiba, identificou os seguintes motivos para evasão: “[...] dificuldade de aprendizagem e dificuldade em compatibilizar trabalho e estudo, além de aspectos familiares.” A autora ressaltou que os estudantes atribuíram fortemente a evasão a aspectos individuais, em detrimento aspectos institucionais ou sociais.

Silveira (2017), em estudo no IF Farroupilha, nos Campi São Vicente do Sul e Júlio de Castilhos, concluiu que, embora a política educacional que rege os Institutos Federais seja marcada pela inclusão e pela justiça social, a realidade demonstra que ainda há movimentos de exclusão e eliminação. Enquanto fatores que dificultam a permanência e o êxito dos estudantes, Silveira (2017, p. 138) destacou os seguintes: falta de apoio nas relações familiares, infraestrutura deficitária dos campi e da cidade, dificuldade de adaptação para cursar somente o Ensino Médio, dificuldade de relacionamento, dificuldade com a linguagem dos professores, incompatibilidade com

o trabalho, questões sociais como moradia, transporte, histórico de reprovação e lacunas de conhecimentos da formação anterior.

Souza (2014), em estudo realizado no IFRN Campus São Gonçalo do Amarante, identificou que os fatores relacionados à permanência ou à evasão escolar estão intrinsecamente relacionados aos aspectos internos à instituição. Ressaltou que, na percepção dos gestores, docentes e estudantes, o perfil e o desempenho acadêmico dos estudantes, os recursos e as estruturas físicas escolares, assim como os processos e as práticas pedagógicas, são aspectos importantes para favorecer a permanência do aluno.

Souza (2015), em estudo desenvolvido no IFTM Campus Paracatu, identificou que a assistência estudantil tem contribuído para garantir a permanência dos alunos nos cursos técnicos, embora tenha ressaltado que outros fatores também contribuem para a permanência estudantil. As principais causas da evasão escolar apresentadas estavam relacionadas aos fatores externos à instituição.

Por fim, Veiga (2016) concluiu que a evasão nos cursos de ensino médio integrado no âmbito do CEFET/RJ, Campus Maracanã, é promovida em função da condição socioeconômica e cultural na qual o aluno está inserido, cujo fator “desinteresse próprio” foi a causa mais significativa.

A partir da análise dos principais resultados das investigações, pode-se concluir que todos trataram dos múltiplos fatores que influenciam a evasão escolar ou a permanência dos estudantes nos cursos técnicos ofertados nas instituições que compõem a Rede Federal. Conclui-se, também, que há especificidades nos fatores que influenciam a evasão e/ou a permanência dos estudantes em cada instituição integrante da Rede Federal pesquisada. Mas, para além das especificidades, também pode-se observar aproximações. De modo geral, observa-se, conforme o referencial adotado, a ocorrência de um espectro amplo de fatores que se inter-relacionam mutuamente, relacionados a aspectos individuais dos estudantes, às próprias instituições e às questões socioeconômicas e culturais externas às instituições.

#### 4.4 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO APRESENTADAS À REALIDADE PESQUISADA

Por fim, a última etapa das análises consistiu em identificar se os estudos selecionados apresentaram propostas de intervenção voltadas a mitigar a evasão escolar e incentivar a permanência estudantil na realidade pesquisada. Mas, primeiramente, é importante ressaltar o entendimento de que todos os estudos apresentam, direta ou indiretamente, contribuições para a instituição pesquisada, em especial pelos diagnósticos quantitativos e qualitativos realizados.

Todos apresentaram, em especial, importantes contribuições nos âmbitos social e acadêmico, pelos seguintes aspectos principais:

a) por apresentarem estudos pioneiros no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* voltados a analisar, de forma específica, evasão e da permanência no ensino técnico no contexto singular uma instituição integrante da Rede Federal, mesmo diante da dificuldade de estudar essa temática;



b) por agregarem às discussões sobre evasão e permanência estudantil no ensino técnico, de modo geral, em meio a escassez de estudos sobre tais temáticas no contexto das instituições integrantes da Rede Federal;

c) por terem fomentado espaço de fala e dado ênfase à percepção dos sujeitos que estão em situação de evasão escolar e demais sujeitos envolvidos na problemática, visto que eles têm voz, mas, ainda assim, permanecem excluídos e silenciados, seja no processo de formulação das políticas educacionais ou pela escassez de estudos que incluam, sobretudo, as suas percepções.

Todavia, diante dos objetivos deste estudo, nesta etapa buscou-se identificar se os estudos analisados apresentaram propostas de intervenções específicas e voltadas a mitigar a evasão escolar e incentivar a permanência estudantil, de forma direta, na realidade em que desenvolveu a pesquisa, para além das contribuições sociais e acadêmicas.

Da literatura mapeada, apenas os estudos de Almeida (2019), Souza (2014), Souza (2015) e Veiga (2016), apresentaram propostas intervenção. Almeida (2019) apresentou um produto na forma de um Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente por meio de um sistema web. Souza (2014) apresentou uma proposta de “Plano de Ações Articuladas Intersectoriais” e uma proposta de um Sistema de informações para o banco de dados institucional”. Souza (2015) apresentou um produto técnico denominado “Programa Conhecer para Permanecer”, que consiste em um formulário de controle socioeconômico do estudante, a ser preenchido pelo mesmo com a ajuda do responsável no ato da matrícula ou renovação da matrícula. Por fim, Veiga (2016) apresentou algumas propostas de estratégias de prevenção à evasão escolar.

Os quatro estudos que apresentaram propostas de intervenção específicas, foram desenvolvidos no âmbito de programas pós-graduação *stricto sensu* profissionais. Ressalta-se, portanto, relevância dos mestrados profissionais na aplicação dos conhecimentos teóricos na prática, no desenvolvimento de proposições e estratégias adaptadas instituições, com impactos diretos na realidade pesquisada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste estudo revelam que há carência de estudos sobre evasão e permanência discente nos cursos técnicos ofertados de forma presencial, regular e contínua da Rede Federal. Foram localizadas apenas 10 pesquisas, as quais foram defendidas no período de 2014 a 2020, totalizando uma média inferior a duas pesquisas defendidas por ano neste intervalo de 7 anos.

Do total de 10 investigações, nove tratam sobre a evasão e permanência discente em cursos técnicos ofertados pelos Institutos Federais. Apenas a pesquisa desenvolvida por Veiga (2016) trata da temática no âmbito do CEFET-RJ. Não foram encontrados estudos que tratam das especificidades da evasão e permanência discente nos cursos técnicos ofertados na modalidade presencial, de caráter regular e contínuo ofertados nas Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, na UTFPR e no Colégio Pedro II, instituições que também compõem a Rede Federal.

Há escassez, sobretudo, de estudos realizados sobre essa temática no âmbito dos programas de pós-graduação ofertados nas instituições da Rede Federal. Foram

localizadas apenas duas investigações ancoradas em um programa de pós-graduação da UTFPR. Esta é uma realidade crítica para a pesquisa no campo do ensino técnico, o que denota uma lacuna e, ao mesmo tempo, se apresenta como um amplo espaço para o desenvolvimento de pesquisas.

Torna-se relevante a realização de pesquisas sobre essa problemática no âmbito das diversas instituições que integram a Rede Federal, tendo em vista as especificidades locais e regionais. É igualmente relevante a realização de investigações de modo a elucidar as singularidades da evasão e permanência nas três formas de oferta dos cursos técnicos (integrada, concomitante e subsequente a ensino médio), já que que cada umas delas apresenta particularidades. Ressalta-se que não foram localizados estudos que tratem especificamente da problemática nos cursos técnicos concomitantes ao ensino médio. A maioria dos estudos voltou-se a analisar as particularidades da evasão ou permanência nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, tendo em vista a sua prioridade de oferta.

Da mesma forma, consideram-se relevantes as análises voltadas às especificidades da evasão e permanência discente nos cursos técnicos ofertados na modalidade de educação à distância e no âmbito dos seguintes programas: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC; Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA; e Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (Programa e-Tec Brasil). Foram localizados trabalhos nestes campos, mas eles não foram analisados, por não atenderem aos critérios de inclusão e exclusão definidos.

Considera-se relevante, também, a realização de estudos posteriores na intenção de investigar como tem se dado a implementação dos Planos Estratégicos para Permanência e Êxito dos Estudantes nas instituições da Rede federal, se as ações previstas têm sido desenvolvidas e têm favorecido a permanência estudantil nos cursos técnicos. Por fim, é importante realizar análises de estudos produzidos a partir de 2021 com o objetivo de investigar a evasão e a permanência estudantil no ensino técnico em meio ao contexto pandêmico.

As análises realizadas apontam para os desafios de realizar pesquisas com estudante em situação de evasão, mas por outro lado revelam a necessidade da realização de estudos que contemplem, prioritariamente, a percepção de tais sujeitos, os quais estão diretamente envolvidos na problemática, dando-lhes espaço de fala, visto que eles têm voz, mas muitas vezes as suas vozes são excluídas e silenciadas.

Ademais, faz-se necessário ampliar o espectro de seus sujeitos em estudos futuros, de modo a incluir, também, as percepções dos professores e gestores, pais e/ou responsáveis e servidores técnico-administrativos, visto a relevância de tais sujeitos no desenvolvimento do processo educativo. Considerar a percepção dos diferentes sujeitos imersos na problemática poderá possibilitar um olhar mais amplo e multidimensional sobre a constelação de fatores que influenciam a permanência e a evasão nos cursos técnicos.

Ante o exposto, torna-se impreterível o desenvolvimento de pesquisas que tratam das especificidades da evasão e da permanência no ensino técnico ofertado na Rede Federal, de modo a investigar os múltiplos fatores envolvidos e apresentar propostas de intervenção com vistas a contribuir com a realidade pesquisada. A realização de tais estudos é relevante para subsidiar a implementação e efetivação de políticas educacionais que favoreçam não apenas o acesso à educação, mas que superem os fatores causadores da evasão e garantam a permanência estudantil.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. D. B. **Permanência e êxito no ensino médio integrado do IFG Uruaçu: orientações para qualificação e acompanhamento de estudantes.** 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- BRASIL. **Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 506/2013 – TCU – Plenário, de 13 de março de 2013.** Brasília, DF: 13 de março de 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal anuncia 100 novos campi de Institutos Federais. **Portal do Ministério da Educação**, Brasília, 04 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso em: 01 set. 2024a.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha.** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 01 set. 2024b.
- COELHO, A. J. D. P. **Permanência e abandono escolar na educação profissional: um estudo sobre Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul.** 2014. 225 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- DORE, R; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011.
- DORE, R. Evasão e repetência na Rede Federal de Educação Profissional. In: XXXVII REUNIÃO DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2013, Alagoas. [**Anais eletrônicos...**]. Alagoas: IFAL, 2013.
- DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira; CASTRO, Tatiana Lage de. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais. In: DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa (Orgs.). **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento.** Brasília: Editora do IFB/RIMEPES, 2014. p. 369- 413. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193551294007>. Acesso em: 16 ago. 2024.
- DUARTE, A. M. S. **A cartografia da permanência estudantil nos cursos de nível médio da Rede Federal de Educação.** 2019. 230 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MATOS, L. A. **Permanência no ensino médio profissional: o caso do Instituto Federal Fluminense campus Cabo Frio.** 2018. 183 f. Dissertação (mestrado em

educação) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MORAES, G. H. [et.al]. **Plataforma Nilo Peçanha: guia de referência metodológica**. Brasília/DF: Editora Evobiz, 2018, 101 p. Disponível em: <http://dadosabertos.mec.gov.br/images/conteudo/pnp/2019/guia-referencia-2019.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

NARCISO, L. G. S. **Análise da Evasão nos Cursos Técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Arinos: Exclusão da Escola ou Exclusão na Escola?** 2015, 162 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PAULA, E. D. **Motivadores para ingresso, permanência e conclusão de dois cursos técnicos subsequentes no IFPR Campus Curitiba**. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

RAMOS, A; FARIA, P. M.; FARIA, A. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 17-36, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v14n41/v14n41a02.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SILVEIRA, R. B. **O programa permanência e êxito no Instituto Federal Farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar**. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

SOUZA, J. A. S. **Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional**. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

SOUZA, T. R. A. **Estudo das relações entre a permanência no ensino técnico e a assistência estudantil no IFTM – Campus Paracatu**. 2015. 146 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

VEIGA, C. R. **Fatores predominantes da evasão escolar no ensino médio integrado: uma proposta de estratégia de prevenção para o CEFET/RJ**. 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em Sistema de Gestão) – Programa de Pós-Graduação em Sistema de Gestão. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.